

Gênero e militância feminista nos periódicos latino-americanos: um estudo comparativo entre Brasil e Chile (1980-1990)

Júlia Glaciela da Silva Oliveira

Doutoranda em História Social

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

correo electrónico: julia.gsoliveira@gmail.com

Mesa 29: Género y movimientos antipatriarcales en América Latina

A presente comunicação trata-se de um trabalho em progresso sobre o impacto que as mudanças no cenário cultural, social e político acarretaram aos movimentos feministas do Brasil e do Chile, nos anos de 1980. Isto é, acredita-se que a inserção dos estudos de gênero, ao lado das políticas neoliberais e do processo de expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs), ocorridos na referida década, alteraram a tônica da militância feminista em ambos os países. A crise dos paradigmas das ciências, ao final do século XX, permitiu uma crítica aos tradicionais modelos científicos, construindo bases para a formulação de novas categorias de análise, a exemplo do conceito de gênero. Esse novo aporte teórico trouxe novas reflexões sobre a construção histórica e cultural dos papéis sociais, ampliando as abordagens e pesquisas sobre o tema. Igualmente, as questões de gênero ganharam visibilidade nos espaços institucionais, como Secretárias e Conselhos públicos; bem como passaram a compor as pautas das ONGs, muitas das quais receberam financiamentos de instituições internacionais europeias e norte-americanas para o desenvolvimento de seus projetos. Portanto, interroga-se aqui, por meio dos jornais brasileiros *O Mulherio* (1981-1988) e *Chanacomchana* (1981-1987) e da revista chilena *Mujer/Fempres* *Mujer/FemPress ILET*, da *Unidad de Comunicación Alternativa de la Mujer* (1981-1991) de que maneira as questões femininas aparecem e como são discutidas pelos feminismos locais, bem como quais são as conexões entre esses grupos feministas na América Latina. O intuito, a princípio, é perceber como as discussões de gênero aparecem dentro do discurso destes periódicos e como ecoam na militância feminista de ambos os países.

Introdução

De acordo com Stuart Hall (2006), o final do século XX presenciou uma mudança estrutural em suas sociedades que fragmentou as “paisagens culturais” em torno de questões como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, até então, tinham sustentado as posições sociais dos indivíduos. O autor assevera que tais transformações alteraram as noções historicamente identitárias, provocando um deslocamento ou descentramento do sujeito. Parte dessas modificações foi causada pela “erosão da identidade mestra” vinculada à classe e da emergência de novas formas de identidades ligadas às novas bases políticas delineadas por movimentos sociais como o feminismo, o movimento negro, os de libertação nacional, os pacifistas e os ecológicos. Ao tratar do movimento feminista, Hall argumenta que esse colaborou de forma ímpar para o descentramento conceitual do sujeito ao questionar as definições clássicas de público e privado, família, sexualidade, assim como o papel social que a mulher ocupava na sociedade; contribuindo, deste modo, para a constituição das identidades sexuais e de gênero. Para o crítico, à crise das identidades fez “parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p.5).

Uma das importantes contribuições para a desconstrução das identidades sexuais ou, dos chamados “papéis sociais” foram as discussões a floradas a partir da inserção da categoria de “gênero” aos estudos sobre as mulheres e, posteriormente, nas análises feministas. O conceito de gênero passou a compor as pesquisas acadêmicas e os discursos feministas em meados dos anos de 1980 e ganhou maior força e abrangência na década de 1990, a partir da publicação, em 1986, do artigo “Gender: a useful category of historical analysis”, de autoria da historiadora norte-americana Joan W. Scott. Nele, a autora argumenta que há pouco tempo, “as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” (1995, p. 76). Scott assegura que, antes mesmo de ser entendida como uma categoria, “gênero” já era vislumbrado por outras pesquisadoras, indicando uma rejeição ao determinismo biológico e apontando para os aspectos relacionais das definições normativas de feminilidade. Nesse artigo, Scott problematizou, também, as pesquisas na área de História das Mulheres que, apesar de trazer as questões femininas à tona, apresentavam muitas vezes um caráter essencialmente descritivo ou de “ordem causal”, não tendo por objetivo compreender como as assimetrias de gênero foram legitimadas e asseguradas. Alertava, ainda,

para o fato de que muitas dessas pesquisas tendiam a substituir meramente o termo “mulher” por “gênero”, devido à aceitação política deste último. Isto é, enquanto o termo História das Mulheres demonstraria certa posição política, a categoria gênero, em contrapartida, seria um viés mais “científico”, que não expõe exclusivamente a questão das mulheres. Frente a isso, Scott afiança que a categoria “gênero” serve para indicar as construções sociais, isto é “a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (1995, p. 81).

As reflexões levantadas por Scott levaram pesquisadoras deste campo a problematizarem os papéis sociais atribuídos às mulheres, bem como a construção das hierarquias e assimetrias impostas ao gênero feminino. Isto é, a categoria mulher, até então referência para a afirmação da identidade feminina e para a aquisição de direitos, passou a ser questionada. Esse debate suscitou uma série de novas pesquisas e abordagens nas Ciências Humanas e os temas relacionados ao feminino ganharam novos contornos a partir de então, a exemplo da violência de gênero e os estudos sobre a sexualidade. Isto porque, a categoria analítica permitiu constituir novos olhares sobre as dinâmicas que envolvem as relações culturais e sociais, possibilitando rever as construções em torno do binarismo biológico e, assim, romper com os papéis fixos e a-históricos dos sujeitos. Ou seja, como afirma Teresa de Lauretis¹, gênero não é sexo, uma qualidade natural, mas sim a “representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição 'conceitual' e rígida (estrutural) dos dois sexos biológicos” (1994,208).

Portanto, à luz dessas reflexões, a proposta inicial deste trabalho é analisar, de forma comparativa, como os movimentos feministas no Brasil e no Chile, durante o início da década de 1980, construíram debates e bandeiras de luta a partir desses novos aportes teóricos. Ou seja, de quais maneiras refletiu-se e posicionou-se politicamente sobre a questão identitária e o papel social da mulher. Para realizar esta análise foram selecionados os periódicos feministas brasileiros: *O Mulherio* e o *Chanacomchana* e a revista chilena *Mujer/FemPress ILET*, da Unidad de Comunicación Alternativa de la Mujer, produzidos entre os anos de 1981 a 1986.

¹ Teresa de Lauretis também é um dos nomes que contribui efetivamente para o debate de gênero na América Latina. No Brasil, a autora publicou seu artigo “A tecnologia de gênero”, na coleção organizada por Heloisa Buarque de Holanda. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. Assim como Scott, ela toma como referência as análises de Michel Foucault acerca da construção discursiva sobre a sexualidade e o binarismo sexual no século XIX, produzidos pela ciência e medicina. Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 16ª edição. São Paulo: Editora Graal, 2005.

Os feminismos no Brasil e no Chile entre os anos de 1970 e 1980

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista se intensificou na Europa e na América, acompanhando os processos de luta por direitos civis e democráticos. A filósofa norte-americana Nancy Fraser, advoga que, nesse período, os “ideais feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos” (FRASER, 2009, p.23). Essas novas concepções alteraram as paisagens mentais consolidadas, até então, em torno das noções de família, trabalho, direitos, entre outras.

O cenário político da América Latina, durante esse período, foi marcado por regimes civil-militares e pelo enfrentamento das esquerdas. Assim, o feminismo latino-americano (re)surgiu no bojo destes acontecimentos. Foi neste período que muitas militantes de esquerda se exilaram na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países latino-americano, a exemplo do México, e, deste modo, entraram em contato com as discussões feministas afloradas nestes locais. No entanto, há de se ressaltar que a experiência e as discussões vindas da Europa e dos Estados Unidos não encontraram total correspondência à realidade latino-americana, uma vez que as feministas daqui necessitavam, muitas vezes, conciliar as lutas pelas questões consideradas “específicas” às lutas pelas liberdades democráticas.

Destarte, ao propormos fazer uma análise comparativa devemos nos ater às dessemelhanças, pois, como assevera Maria Ligia C. Prado (2005), a história comparada é rica para o levantamento de novos pontos e problemas e para colocar em questão acontecimentos dados como processos contínuos e equivalentes. Portanto, apesar dessas similitudes, há de se ressaltar as distinções dos feminismos brasileiros e chilenos, próprias das nuances dos processos sociopolítico que não foram homogêneos nos dois países.

No Brasil, foram durante os anos vividos sob o regime militar que se reorganizaram os movimentos sociais de mulheres e de feministas², em sua maioria, ligados diretamente à resistência política³. Algumas militantes dos partidos de esquerda tiveram que deixar seus

² Ressalto essa diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres, pois, apesar das demandas serem muito próximas, a exemplo da luta pela redemocratização ou pelos direitos trabalhistas, muitos grupos não se identificavam enquanto “feministas” devido à carga pejorativa que o termo trazia consigo. O feminismo, naquele momento, era percebido como um movimento “burguês” que dividira a luta política. Ver: TELES, M.A. *Breve História do Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1993; GARGALLO, Francesca. *Ideas feministas latinoamericanas*. México: UACM, 2004; ANDÚJAR, Andrea et. ali. (Org.) *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

³ A participação das mulheres nas lutas políticas não data deste período. Como ressalta Maria Ligia C. Prado, nos processos de independência dos países latino-americanos mulheres como Maria Quitéria, Manuela Pedraza,

países e, durante o exílio, entraram em contato com o pensamento feminista francês e com o norte-americano e organizaram grupos de discussão e conscientização⁴. Assim, é notório que os movimentos feministas da intitulada segunda onda foram orientados pelas concepções marxistas.

De acordo com a historiadora Joana M. Pedro (2006), a partir da declaração do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, uma narrativa “fundadora” do movimento feminista e de mulheres foi construída, surgindo diversas associações nestes países⁵. Estes novos grupos traziam entre suas reivindicações tanto os aspectos relativos às demandas gerais, como as liberdades democráticas e o fim da carestia, quanto aos problemas considerados específicos, a exemplo dos direitos trabalhistas femininos, a criação de creches e o patriarcado, por vezes enfrentado dentro das próprias organizações de esquerda em que muitas militavam⁶. Essas associações, em sua maioria autônoma, acabaram por se dividir, aprofundando-se em questões exclusivas do feminino, como a violência doméstica ou autonomia do corpo feminino, conciliando, em muitos casos, a militância “específica” com as lutas “gerais”, a fim de sustentar a premissa de que essas questões não podiam caminhar dissociadas do retorno às liberdades democráticas.

O Chile, por sua vez, vivenciou, durante a década de 1970 dois modelos econômicos antagônicos: o socialismo e o neoliberalismo. Em 1970, a colisão dos partidos de esquerda, a Unidade Popular, levou Salvador Allende à presidência da república pela via democrática. A eleição de um presidente de esquerda era algo, até então, incomum na América Latina.

Juana Padilla, entre outras, estiveram ao lado dos homens nas lutas de resistência aos regimes coloniais. PRADO, Maria L. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 2004. Ver também: PRADO, M. L. C, VILARDAGA, S. M. S.F. “Cultura e política. Participação feminina no debate público brasileiro”. In: PINSKY, C.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 194-217; SAMARA, E. M. “Mulheres que fizeram a América”. *Populações – Boletim do CEDHAL*, n.3, 1996; CAPELATO, M. H.; HOLANDA, H. B. (Org.). *Relações de Gênero: diversidades culturais na América Latina*. São Paulo/ Rio de Janeiro: EDUSP / Ed. Expressão Cultural, 1999.

⁴ Em Paris, por exemplo, as exiladas organizaram duas associações: o *Grupo de Mulheres da América Latina* e o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. Ver: PRADO, Danda. “Memórias Feministas”. In: TORNQUIST, C. COELHO, C. LAGO, M; LISBOA, T. *Leitura de Resistência: corpo, violência e poder*. Editora Mulheres: Ilha de Santa Catarina, 2009; PEDRO, J.; WOOLF, C. “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris”. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

⁵ Alguns exemplos de organizações fundadas neste período são: no Brasil, o *Centro da Mulher Brasileira*; a *União de Mulheres de São Paulo*, o *SOS Mulher*; *Movimento feminino pela Anistia*; na Argentina, *Movimiento de Liberación das Mujeres*; *Unión Feminista de la Argentina*, o *Movimiento de la Liberación Femenina*; *Associação pela Liberación de la Mujere Argentina (ALMA)*; *Madres de Maio* y o *Movimiento Popular feminista*; no Chile *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena (MENCH)*, *Mujeres por la vida*, *Movimiento de Mujeres independiente (MMI)*, *Mujeres por el Socialismo*, etc.

⁶ Sobre as experiências das feministas latino-americanas no período ver: PEDRO, J., WOOLF, C. (org.) *Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010; FRANCO, Jean. “Invadir el espacio publico, transformar el espacio privado”. *Debate Feminista*, Año 4, V. 8, Sep. 1993; GARGALLO, Francesca. “Feminismo Latinoamericano”. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, Caracas, enero-junio, 2007- vol. 12- n° 28; TELES, M.A.A. CRUZ, R. *Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

Allende tinha o objetivo transformar, de forma pacífica, o Chile em um Estado socialista por meio de projetos sociais como a reforma agrária, a nacionalização de empresas e investir na educação e na criação de creches⁷. De acordo com Peter Winn (2010), o governo da Unidad Popular utilizou o mais expressivo movimento de mulheres do período, o “Centro de Mães de Frei”, para desenvolver atividades como distribuição de leite, alfabetização de adultos e educação sanitária, endossando o papel social feminino ligado ao espaço privado e aos cuidados com o outro⁸.

O golpe militar efetuado em 1973 pôs fim a todas as medidas sociais alcançadas nos últimos três anos e instaurou uma forte repressão aos movimentos sociais e aos sindicatos⁹. Assim, a proposta de contenção do “caos” social e da inflação, foi acompanhada também pela implantação de medidas neoliberais ainda na década de 1970¹⁰. Essas transformações realizadas durante a ditadura alteraram as formas de organização social e, nesta mesma década, surgiram as primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) que, de acordo com Margarita Iglesias (2010), serviram como estratégia de trabalho para profissionais das classes médias ou como forma de organização social e antiditatorial.

É neste contexto que surgiram, em ambos os países, os períodos analisados aqui. No Brasil, o jornal *O Mulherio* publicou sua edição de nº 0 em abril de 1981. Resultado da articulação de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, como Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg e Inês Castilho, o jornal teve, ainda, entre suas colaboradoras mulheres ligadas à militância feminista e/ou acadêmica como Danda Prado, Eva Blay, Ruth Cardoso, Raquel

⁷ Ressalto que a criação das creches era uma das bandeiras do movimento feminista brasileiro durante as décadas de 1970 e 1980. Essa concepção liga-se às propostas delineadas pela militante e pensadora russa, Alexandra Kollontai, em 1920, na qual defendia que a sociedade capitalista e patriarcal trouxe para a mulher um fardo excessivo ao lhe atribuir, ao mesmo tempo, três tarefas: a de esposa, a de trabalhadora e a de mãe. Assim, argumentava que a igualdade entre homens e mulheres só poderia se dar através da implantação de um Estado comunista que asseguraria à mulher seus direitos, sobretudo aqueles ligados à maternidade. Portanto, o Estado, ao criar um espaço como as creches, abriria espaço para que as mulheres pudessem trabalhar e, logo, conseguissem sua autonomia. Trata-se, deste modo, de uma análise que tem como escopo as relações econômicas e não os questionamentos sobre a constituição das diferenças sexuais. No entanto, esta análise serviu de referência para muitas das militantes feministas marxistas da intitulada segunda onda. KOLLONTAI, Alexandra. *O Comunismo e a Família. Komunistka*, nº2, 1920. Editorial Marxista, Barcelona, 1937.

⁸ O autor ainda ressalta que no campo, a proposta revolucionária do “Novo Chile” teve um efeito inverso na vida das camponesas, uma vez que seus maridos não permitiam que estas tivessem a mesma atuação nos Conselhos e nas Campanhas habitacionais, bem como, com o aumento da renda familiar, estes homens as impediam de trabalhar fora de casa, o que levou ao aumento de casos de “abusos conjugais”. WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. Coleção Revoluções. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 120.

⁹ Durante o governo Pinochet, as mulheres também foram acionadas, em seus papéis tradicionais de esposa ou mãe, pelo Estado para serem referências, “pilares da reconstrução nacional”. WINN, Peter. *A Revolução Chilena*, op.cit.

¹⁰ As medidas adotadas vieram da experiência de um grupo de estudantes de economia chilenos, nos Estados Unidos, conhecidos como *Chicago Boys*. Estes foram responsáveis por trazer as ideias e propostas neoliberais implantadas, primeiramente, no Chile e, posteriormente, em toda a América Latina. Entre as medidas estavam a redução do papel do Estado no setor público e na economia. LIRA, Francisco F. *Do socialismo ao neoliberalismo: os anos de 1970 no Chile*, op.cit.

Moreno, Heleieth Saffioti, Heleieth Saffioti, Mariza Corrêa, entre outras. Em sua primeira edição o jornal expôs os objetivos do periódico que seria financiado pela Fundação Ford, que lhes garantiria a periodicidade inicial de um ano e meio. De acordo com o jornal, suas abordagens seriam apartidárias e seriam dirigidas a três públicos específicos: os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas no intuito de discutir, como exposto, “seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições”¹¹. A escolha do nome também foi explicada na primeira página do jornal:

“Por que Mulherio? Quase sempre a palavra é empregada com sentido pejorativo, associada a histeria, gritaria, chatice, fofocagem ou então ‘gostosura’. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete ‘mulher’ já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: 1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. Esposa.’ Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas a palavra: ‘à toda, da comédia, da rua, da vida, da zona, da rótula, do fado, errada, perdida, etc. – todas sinônimo de meretriz. As três exceções: “mulher de César (de reputação inatacável), mulher do piolho (muito teimosa) e a cinematográfica mulher fatal”. Consulte o mesmo dicionário as composições feitas com o verbete homem: de ação, de bem, de Estado, de letras, de negócios, etc. (...) “Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’ ou ‘uma grade porção de mulheres’. É o que somos, é o que esse jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal humorada, sizuda ou dogmática” (MULHERIO, 1981,p.1)

Nota-se que, apesar de o jornal buscar ironizar os termos negativos com e pejorativos ligados à palavra *mulher e mulherio* e compará-las as formas positivas relegadas ao termo “homem”; ao final o periódico afirma que se assumirá como *Mulherio*, mas de uma forma “digna e bela” e não “mal humorada, sisuda ou dogmática”. Cabe lembrar que, neste período, o feminismo é associado a mulheres feias, mal amadas e, logo, lésbicas. É representativo deste cenário a vida da autora Beth Friedman, em 1970, no Brasil, para o lançamento de seu livro *A mística feminina*. A autora, ligada ao movimento liberal de mulheres dos Estados Unidos, critica o modo de vida das jovens americanas, uma vez que se constata que cada vez mais as jovens estudavam menos e se casavam mais cedo. Ela argumenta em seu livro que os “especialistas” ao escreverem sobre e para as mulheres apenas reafirmavam o seu destino biológico de mãe e esposa, um aprendizado sobre a “feminilidade” que acompanha as mulheres desde a infância. A análise da autora a respeito da educação sexista e

¹¹ “Nossa Pauta”. *Jornal O Mulherio*, nº0, março-abril, 1981, p. 1. Matéria assinada por Adélia Borges.

heteronormativa não foi bem recebida pela imprensa oficial e os jornalistas do Pasquim, um mecanismo de comunicação importante no enfrentamento ao regime militar, bombardearam suas declarações, associando o feminismo às mulheres lésbicas, feias e favoráveis à liberalização do aborto.

A crítica feminista, nos anos 1970, aos padrões impostos de beleza femininos e à visão do corpo da mulher como objeto sexual fez com que o movimento fosse associado, pejorativamente, ao lesbianismo. Se, por um lado, as esquerdas situavam as diferenças sociais exclusivamente no plano econômico, ignorando os problemas da constituição da sociedade androcêntrica, por outro lado, a heterossexualidade compulsória que naturalizava as funções femininas e domesticava as subjetividades em modelos predeterminados não foi, por algum tempo, centro das preocupações de muitos grupos feministas.

No caso do *Mulherio*, ressalta-se, ainda, que o jornal surge em um momento que há a eclosão de diversos grupos feministas e de mulheres, a exemplo da União de Mulheres de São Paulo, do S.OS. Mulher, em São Paulo e Belo Horizonte, do SOS Corpo, em Recife e o do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro. Deste modo, há, de um lado, a especialização de algumas temáticas femininas, como a questão da violência contra a mulher; e de outro a busca pelo reconhecimento da agenda feminista na esfera política, frente ao processo de redemocratização. Do mesmo modo, essas discussões passam a ganhar espaço nos meios acadêmicos, resultando em uma ampliação das pesquisas sobre a condição da mulher em nossa sociedade.

Em 1981 também foi lançado o primeiro número do jornal *Chanacomchana* por iniciativa do Grupo Lésbico Feminista (LF) uma dissidência do grupo SOMOS, em São Paulo, um dos primeiros coletivos de defesa dos direitos dos gays e das lésbicas no país. Este jornal teve edição única, no entanto, desdobrou-se, a partir da criação do Grupo de Atuação Lésbico Feminista (GALF) constituído pelas militantes Miriam Marinho e Rosely Roth, também integrantes do LF, no folhetim homônimo, lançado em 1982. Em seu primeiro editorial, para além das explicações acerca do chamativo nome, definia-se como um periódico plural que trataria das “facetas minoritárias”,

Chanacomchana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como ‘órgão sexual feminino’. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para uns como ‘CHANCE’; para outros como ‘CHANCA’ (pé grande – sapatão?), e para outros como ‘CHAMA’. O importante é isentar-se das conotações. (...) sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas em que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é

homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias.

Como afirmado por Pedro, o Ano Internacional da Mulher, em 1975, lançou luz para que as feministas, bem como outros movimentos sociais organizados, pudessem se articular em meio à repressão militar. Em São Paulo, cidade onde foram lançados ambos periódicos, foram organizados eventos para discutir a questão da mulher, como os Congressos da Mulher Paulista e o Encontro de Valinhos, momento em que foi possível retomar a comemoração do dia 08 de março. Em 1976, as atividades dessa data foram realizadas no MASP, com a presença das integrantes do jornal Brasil Mulher, do Movimento Feminino pela Anistia, além de outras organizações sociais. Contudo, esses eventos tinham como mote as lutas pelos retornos democráticos e também a igualdade entre homens e mulheres. A identidade “mulher” era invocada, contudo, sem trazer para a cena pública outras assimetrias que compõe o cotidiano feminino e provocam outras formas de opressão, a exemplo da etnia e da sexualidade.

Segundo Gilberta Soares e Jussara Costa (2011), os grupos feministas brasileiros do período resistiram a incorporar as questões das lésbicas em sua agenda política, posto que muitas das militantes pertenciam a organizações de esquerda ou tinham alianças com a ala progressista da Igreja Católica que apoiava a luta contra a ditadura. Assim, argumentam que parte dos movimentos deixou-se intimidar pelas pressões próprias da conjuntura política, deixando na invisibilidade a questão da homossexualidade feminina.

Maria L. Moraes (1982) afirma que as feministas, na capital paulista, tinham relações estreitas com o movimento homossexual ligado ao Jornal Lampião e ao grupo Somos, além de haver diversas militantes lésbicas diluídas nos movimentos. Contudo, ressalta que muitas dessas relações apenas se aprofundaram a partir de 1979, quando as militantes da Ação Lésbica Feminista passaram a frequentar as reuniões de preparação para o Encontro da Mulher Paulista. Porém, Moraes endossa que a presença das mesmas, enquanto lésbicas, causou um “certo rebuliço” e um “visível espanto” que acarretou em uma discussão, paralela, para que o grupo decidisse que a participação dessas não provocaria uma reação negativa nos movimentos de mulheres da periferia.

Maria Célia Orlato Selem (2007) analisa que durante a realização do Encontro da Mulher Paulista, cartazes com fotos e recortes colocados pelas integrantes do Grupo de Lésbicas Feministas (LF), fundador do *Chanacomchana*, foram rasgados ainda na primeira

hora do evento, demonstrando como o silenciamento sobre a questão buscava transmitir uma imagem de homogeneização dos movimentos na época.

Neste mesmo período, o Chile vivia sob o regime ditatorial do governo de Pinochet. Segundo Julieta Kikwood (1986), em meados da década de 1980, rompeu-se o “vazio” deixado pela repressão aos partidos e militantes de esquerda, a qual resultou em centenas de mortos e desaparecidos, e novos atores sociais, como o movimento de mulheres, e feministas e de estudantes, puderam encontrar espaço para se organizarem e formularem novas propostas de lutas contra o regime militar. De acordo com Nicole Forstenzer (2012), no final da década, há uma pluralidade de movimentos feministas e de mulheres, porém, envoltas na dupla militância. Segundo a socióloga, muitas feministas da intitulada segunda onda foram militantes da Unidad Popular e, durante a repressão, foram presas, torturadas e muitas vezes exiladas; período em que parte entrou em contato com as perspectivas feministas europeias e norte-americanas.

A revista *Mujer FemPress IELT*, de certa forma, nasce no exílio. Suas fundadoras, as chilenas Viviana Erazo y Adriana Santa Cruz, vivem no México quando decidiram criar uma revista, pois, de acordo com Karín Grammatico (2011), as ativistas “no podían ocultar su preocupación por el insuficiente interés que el movimiento de mujeres y el feminismo demostraban hacia las comunicaciones” (2011, p.6/8). Em depoimento, Viviana Erazo (2006) relatou que o intuito de ambas era criar uma revista que “(...) trascendiera lo local, que pudiera ser una revista latinoamericana, pero que tuviera otro discurso, el discurso de las mujeres, lo que realmente estaban viviendo, sintiendo y por lo que estaban luchando las mujeres en ese momento, a comienzos de los años 80” (2006, p.1). A *FemPress* surgiu, a princípio, como um boletim, com recortes de notícias dos países latino-americanos sobre as questões femininas, e que era distribuídos para ONGs e associações feministas e de mulheres na América Latina. Posteriormente, o projeto se desdobrou para uma revista, com correspondentes em quatorze países latino-americanos e contou com o apoio financeiro NORAD de Noruega, CIDA de Canadá o SIDA de Suécia, entre outros.

Cabe pontuar que, foi ainda no primeiro ano da década de 1980, que ocorreu o I Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, realizado em Bogotá, fazendo com que as pautas feministas transbordassem as fronteiras locais e nacionais. De acordo com Sonia Alvarez (2003), esses encontros “vêm funcionando como espaços críticos transnacionais nos quais militantes locais remodelam e renegociam identidades, discursos e práticas distintivas dos feminismos regionais” (2003, p. 542). Os debates da primeira década do encontro, de 1981 a 1990, refletiram as mudanças regionais dos feminismos e tiveram como temas centrais

as relações entre os movimentos feministas e a esquerda masculina revolucionária e, entre o feminismo e o movimento mais amplo de mulheres no contexto da crise econômica. A questão da autonomia era vista, segundo a autora, como ponto principal de discussão, sendo “considerados por muitas a pedra fundamental da identidade feminista na América Latina” (2003, p. 543). Isto é, ao mesmo tempo em que os grupos feministas queriam construir alianças com outros setores sociais, principalmente com outras mulheres, no intuito de diminuir as desigualdades de gênero; a autonomia se fazia necessária para evitar a cooptação das demandas por agentes de partidos políticos, pelo Estado e pelas agências de cooperação que financiavam muitos dos projetos¹².

Assim, os três periódicos analisados aqui nascem não apenas no bojo dos acontecimentos locais de cada país, a interfase entre a repressão e o retorno democrático, mas também em um momento em que o feminismo, na América Latina, pluraliza-se e expande as discussões sobre *o que é ser mulher* e *o que é ser mulher latino-americana*. Há, ao mesmo tempo, uma especialização das temáticas femininas, tanto na academia, quanto nas ONGs, muitas das quais passam a receber financiamentos para suas pesquisas e publicações, como é o caso do jornal *O Mulherio* e da revista *FemPress*.

Entram em jogo, ainda, as discussões sobre política e representação feminina, uma vez que a agenda feminista passa a fazer parte das pautas e propostas dos novos projetos de governo. Assim, como Judith Butler (2008) afirma, estas questões são complexas, pois, *a priori*, define uma identidade fixa para as mulheres. Muitas críticas foram dirigidas à representação discursiva sobre o feminino que aprisionam as diferentes possibilidades de se pensar a subjetividade por uma noção identitária, sobretudo, focada no discurso patriarcal e heteronormativo. Isto é, como argumenta Tania Swain (2002), não se trata mais de definir o “que é uma mulher, uma categoria que supostamente nos uniria”, mas questionar os mecanismos que transformam um corpo biológico em um corpo sexuado designado por mulher. E por estes processos, perguntar sobre as representações e o imaginário criado a partir delas. Deste modo, cabe pensar como esses periódicos, entre os anos de 1981 e 1986, trouxeram as discussões sobre a identidade feminina e as relações patriarcais em seus editoriais.

¹² De acordo com Alvarez e et.al, a autonomia do movimento é compreendida como a capacidade de agir de forma independente, questão que segue, ainda hoje, como um tema dorsal e caro ao movimento, uma vez que se deve perguntar “do que e de quem, exatamente, as feministas devem manter autonomia?”. Idem, p. 544

Identidade e Patriarcado

O jornal *O Mulherio* publicou sua edição nº0 em abril de 1981. Fundado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, o periódico argumentou nesta edição que o objetivo do periódico era que fazer um boletim que ocupasse uma lacuna importante no movimento que era a de suprir a falta de informação entre as pesquisadoras do campo feminino. Posteriormente, viu-se a necessidade de atender a três setores: os meios de comunicação, que tratavam da mulher apenas nas “páginas de culinária ou beleza”; aos grupos e entidades culturais e acadêmicas, e as associações de mulheres. Composto por 16 páginas, em preto e branco, o jornal foi financiado pela Fundação Ford¹³ que, de acordo com o editorial, lhes permitiria uma tiragem regular por um ano e meio. Neste número, trouxe como principal artigo “8 de Março: passado, presente e futuro”, escrito por Maria Carneiro da Cunha. Este tinha o objetivo de traçar um panorama do movimento feminista brasileiro, desde o início do século XX, e refletir sobre os rumos do feminismo brasileiro. Para isso cita a conquista do voto, na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas e o “retorno” do feminismo, ao final dos anos de 1960, que trouxe junto da militância as pesquisas acadêmicas e universitárias, já que muitas feministas passaram a interrogar sua própria condição feminina¹⁴. No artigo, a autora argumenta que os últimos três anos trouxeram uma “relativa liberalização política”, fruto da pressão civil e dos movimentos sociais, que permitiu a organização do I Encontro da Mulher Paulista, em 1979, no Teatro Ruth Escobar, com a presença de 500 pessoas de associações femininas e feministas.

Pela primeira vez elas puderam expor diretamente seus problemas e suas reivindicações do dia-a-dia sem ter de passar pelos canais institucionais dos partidos e dos sindicatos. Foram discutidos todos os problemas que interessam à mulher, dando ênfase à mulher trabalhadora, o que se refletiu na 1ª bandeira do congresso: a luta por creches (O Mulherio, nº0, 1981,3)

Nota-se, que um dos pontos dos apresentados nas análises de Alvarez (2003) sobre o feminismo latino-americano na década de 1980 faz-se presente no artigo do jornal: a questão da autonomia das questões femininas frente aos partidos e sindicatos. Isso é endossado quando, na sequência, ao falar da recepção do congresso na sociedade, a autora avalia que os

¹³ Segundo a página da Fundação Ford, a mesma foi criada em 1936 e trata-se de “uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano”. Disponível em: <<http://www.programabolsa.org.br/fford.html>>.

¹⁴ O artigo cita, paralela a esse ponto, grupos femininos e feministas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se constituíram nos últimos cinco anos: Nú Mulheres, Associação de Mulheres, Centro da Mulher Brasileiras, Sociedade Brasil Mulher e Coletivo das Mulheres.

grupos de direita agiram “como sempre”, tentando diluir o movimento, enquanto na esquerda “há posições contraditórias, enquanto forças respeitam a autonomia do movimento de mulheres, outros negam a necessidade desta autonomia em nome de uma ‘luta geral’ que consideram mais importante e prioritária” (1981, 3).

Essas posições políticas refletiram na organização do II Encontro da Mulher Paulista, realizado em 1980, levando a diversos conflitos entre as feministas, onde os desacordos em torno da prioridade dos temas a serem tratados chegaram ao extremo e levaram a agressões físicas entre as militantes partidárias e as feministas autônomas. Portanto, de acordo com o artigo, “a discussão política tornava-se inadiável”, pois a situação das mulheres mostrava contradições que deveriam ser explicadas a nível teórico: “elas pertencem a um grupo de dominadas enquanto mulheres, mas se distribuem de forma desigual pelas diferentes classes. O problema da luta de classes e da luta das mulheres não é novo e já se apresentou em outros momentos”.

Como a historiadora Regina Crespo (2011) afirma, quando temos como objetos de estudo periódicos, devemos nos ater aos critérios que levam à hierarquização dos espaços de publicação, como se organizamos textos, assim como quem os produz; uma vez que estas publicações não são neutras e refletem certos anseios do grupo e posicionamentos políticos. Apesar do jornal não ter ligação com nenhum partido, notoriamente, o artigo escrito por Maria Carneiro da Cunha seguia o posicionamento marxista e não se propunha a discutir as diferenças sexuais; os problemas femininos, apesar de serem comuns a todas as mulheres, eram agravados pela questão da classe social. A identidade feminina aqui é vista de forma quase homogênea e a-histórica. “Elas”, as mulheres, segundo a autora, são indivíduos que, historicamente, sofreram com a dominação masculina e com a desigualdade de classe, assim, a superação econômica era essencial para a conquista da autonomia feminina.

Ainda nessa edição de *O Mulherio* foi publicado um artigo de Carmen da Silva¹⁵, intitulado “Abracadabra”. Neste texto, Silva avalia que muitas mulheres a escrevia esperando por “um milagre” em suas vidas e assegura que os problemas femininos estão ligados aos homens da classe dominante que “tecem a sujeição feminina” por diversos meios:

A economia que nos discrimina no trabalho e nos salários; a estatística que determina se e quando devemos trabalhar fora ou ficar em casa; parir ou evitar filhos; a ciência que define nossa “natureza” nos termos mais convincentes aos interesses deles: mulher é dócil, passível, generosa, abnegada, só se realiza através da dedicação ao outro, tem a mais estreita afinidade fisiológica com a vassoura, o

¹⁵ Carmem da Silva foi uma militante e jornalista da Revista Cláudia, que escreveu sobre questões como desejo, sexualidade, divórcio e aborto.

tanque, as panelas e o escovão. Fora desse modelo, ela não é feminina e pagará por tal “deficiência” um alto preço social e privado (O Mulherio, 1981,6).

Apesar de Silva afirmar que o poder patriarcal está assentado “naturalmente” nas mãos dos homens da classe dominante, uma reflexão decorrente das discussões acadêmicas brasileiras em torno do tema no período¹⁶, a autora problematiza a “natureza” feminina consagrada na mentalidade cultural e nos discursos científicos. Ao por em xeque atribuições inerentes ao feminino como “dócil, abnegada, generosa, etc”, Silva desconstrói os saberes codificados que posicionavam a identidade feminina como algo natural e estável. Mesmo que a categoria “gênero” não seja empregada, este artigo interroga o essencialismo biológico que definia a identidade feminina até então. Esta é apresentada como um modelo “idealizado” por um determinado grupo, com certos fins, e que as mulheres ao escaparem a este modelo preconizado enfrentariam problemas tanto na esfera pública, quanto na privada, indo de encontro às denúncias de discriminação e assédio sexual no trabalho e as formas de violência doméstica que eclodiam no período.

Na revista *Chanacomchana*, por seu turno, traz em sua edição de março de 1983, um texto intitulado “A negação da Homossexualidade”, assinado por Míriam Martinho. O artigo explora a heteronormatividade compulsória, sinalizando como esse sistema, articulado ao patriarcalismo, incide em diferentes formas de opressão aos indivíduos, sobretudo às mulheres. Frente a isso, problematiza os discursos normativos que recaem sobre os comportamentos sexuais e defende a constituição da identidade homossexual.

A heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como ‘normal’ e ‘obrigatório’, diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes e por tal relegam a total marginalização. A heterossexualidade, não a heterossexualidade em si, ou seja, não necessariamente as relações heterossexuais, mas a heterossexualidade enquanto instituição é um instrumento de opressão das pessoas das pessoas, e, em especial, das mulheres, cuja finalidade é manter intactas as estruturas repressivas do sistema patriarcal. (...) Concluindo, acreditamos que, se por um lado, ao afirmarmos a homossexualidade corremos o risco de normatizá-la, por outro, ao negarmos a homossexualidade, corremos o risco igual ou maior de diluirmos uma importante luta contra o preconceito que atinge a inúmeras pessoas em todas as partes do mundo (Chanacomchana, nº5,1983,3-4)

¹⁶ No Brasil, a tese pioneira de Heleieth Saffioti, intitulada *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, defendida em 1976, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, serviu de referência para os primeiros trabalhos acadêmicos voltados para a questão feminina. Em 1979, Saffioti publicou o artigo *O fardo das brasileiras - de mal a pior* pela revista *Escrita Ensaio*, n.5, São Paulo, no qual argumentava a respeito da dominação histórica patriarcal. A autora argumentava que a dominação feminina era sustentada pelo tripé constituído pelas relações entre o capitalismo, o racismo e o patriarcado, sendo este último a forma mais antiga de domínio, seguida de perto pelo racismo. SAFFIOTI, Heleieth. *O Poder do Macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

Tania Swain (2002) ressalta que as feministas, ainda na década de 1970, produziram um campo de análises destacando o processo de diferenciação sexual que criava as “diferenças e desigualdades, material e imagética”, bem como direcionaram críticas à constituição de uma heterossexualidade compulsória que “desde o berço cria uma disciplina educacional e simbólica em torno das meninas/mulheres e seu destino biológico”. De acordo com a autora, elas se empenharam em uma luta na qual a sexualidade estava no centro da resistência e tocaram na questão das formas de violência, implícitas ou explícitas, nas relações de dominação e exploração das mulheres sustentadas pelo patriarcalismo. Essa análise é apresentada no artigo do jornal que explica, em uma linguagem fluída, como as mulheres, assim como os homens, aprendem certos comportamentos apresentados como naturais, desde sua infância – os papéis sexuais – que vão moldar suas existências, definindo o que é um homem ou uma mulher; e, a partir daí, gerar redes de significados e opressão, principalmente para as mulheres e para aquel@s que não têm um comportamento condizente com os padrões sexuais esperados dentro de uma dada sociedade. Ou seja, o periódico feminista criticava o binarismo sexual, o “destino biológico” dos indivíduos e apontava para a importância de tornar visível outras formas de subjetividades¹⁷.

Ainda nesta edição, o periódico trouxe uma entrevista com Cida, uma representante da Associação de donas-de-casa, de São Paulo, na qual discutiam, principalmente, aborto, sexualidade, papéis sexuais, feminismo e movimento de mulheres, e como a “periferia” recebia e tratava desses assuntos. Em uma das perguntas feitas pela revista, nota-se, novamente, como o periódico está empenhando em desconstruir as constituições de gênero atribuídas aos sexos de forma hierárquica e homogeneizada. A questão feita pela revista abre para caminho para pensar como as mulheres, em nossa sociedade, são vistas como responsáveis pela educação dos filhos e, conseqüentemente pela reprodução dos valores patriarcais e de que forma isso pode ser revertido para conscientizar não apenas as mulheres, mas para alterar esse sistema normativo,

Parece que 60% da população feminina ativa é de donas-de-casa. O trabalho da Associação das donas-de-casa é muito importante para conscientizar a mulher, porque é ela que vai passar todos os valores para os filhos. A gente no GALF está discutindo educação diferenciada, por exemplo, a escola e a família apresentam os

¹⁷ Chama a atenção as notas explicativas colocadas ao final do texto para explicar @s letir@s o que eram os “papéis sexuais” e o “sistema patriarcal”, compreendido como “padrões de comportamento tidos como ‘naturais’, chamados de masculino e feminino, que são impostos às pessoas desde a infância através da família, escola e demais instituições da sociedade”; e “sistema de dominação do homem sobre a mulher existente na maioria dos países e das civilizações do mundo” (Chanacomchana, nº5, 1983, 3-4).

valores ditos masculinos como positivos, o homem é forte, ativo, dinâmico, a mulher é passiva, submissa, chorona. Então, nós achamos que deveríamos fazer algum tipo de pressão para tentar mudar isso nos livros didáticos, o que acham disso? (Chanacomchana, nº5, 1983, 8).

História da Sexualidade I, Foucault (2005) afirma que durante os séculos XVIII e XIX, a ciência e a medicina elaboraram discursos com o intuito de “maximizar” a vida. Esses definiram a vida social dos indivíduos a partir da classificação de suas práticas sexuais em normais e patológicas, de forma binária e hierarquizada. Assim, segundo o autor, o sexo não existira a priori nos corpos, esse seria resultante do dispositivo da sexualidade, isto é, de “um conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, pertencente a uma tecnologia política complexa”. Na divisão binária e hierarquizada da sexualidade, o feminino aparece associado à histeria, à fragilidade, à submissão e à inferioridade. A inscrição da diferença biológica relacionada a uma natureza ou essência designou aos indivíduos determinadas aptidões, comportamentos e destinos, no qual o das mulheres aparece relacionado à procriação e, conseqüentemente, ao espaço privado. Nessa trilha de pensamento, Swain (2011) avalia que o dispositivo da sexualidade pressupõe o “dispositivo amoroso” que inscreve sobre os corpos femininos uma heterossexualidade “incontornável, coercitiva” por se tratar de uma sexualidade sem questões ou desvios, na qual a maternidade, o casamento e o cuidado com o outro são ápices de sua realização natural e, assim, seguem uma genealogia, por meio de discursos “filosóficos, religiosos, científicos, das tradições, do senso comum – que instituem a imagem da “verdadeira mulher”, e repetem incansavelmente suas qualidades e deveres: doce, amável, devotada (incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e, sobretudo, amorosa”.

Se, por caminhos distintos, temos, em ambos os periódicos brasileiros um questionamento sobre a organização social da relação entre os sexos, rejeitando o discurso do determinismo biológico, e apontando para o impacto deste no cotidiano feminino, assistimos a uma “lacuna” sobre artigos escritos propriamente pelas chilenas entre os anos de 1981 a 1986. Essa ausência de uma produção feita pelas militantes do próprio país pode ser compreendida por meio das análises de Kikwood (1986). De acordo com a autora, o autoritarismo do Estado, vivido nos anos do regime Pinochet, não se deu apenas pelo uso das armas, mas também pelas imposições feitas autoritárias e conservadoras à sociedade civil, sobretudo às mulheres, que foram conclamadas pelo governo por sua condição feminina, como mães, esposas, etc. Em meados de 1980, os grupos de mulheres e de feministas começam a se reorganizar; alguns com interesses comuns, a exemplo do fim da ditadura, e outros com questões mais tangentes

aos problemas femininos. Grupos formados por plobadoras, campesinas, donas de casa, grupos de pesquisadoras sobre a condição feminina começaram a ganhar espaço nas páginas do FemPess-ILET. Em 1986, um dos recortes do jornal trazia o artigo intitulado “Ser mujer en Chile”, de Cláudia Donoso, o qual explorava, justamente, a “dupla ditadura” em que as mulheres viviam no país, resultado das determinações do governo, mas também do patriarcado que impõe às mulheres e aos homens modos corretos de se viver. Como exposto:

La situación que vive la mujer en Chile hoy, expresa también al lo resto de los ámbitos del destartalado colectivo llamado Chile, pero tiene su especificidade. Desarrolla sua existêcia bajo una doble dicatdura, la de Pinochet y la de siempre, aquella derivada de un sistema patriarcal que no hace felices ni a los hombres ni a las mujeres, dividiendo artificialmente sus roles y abandonando las desigualdades. La mujer quedó ast relegada a lo “privado” y el hombre lo “público”, ella a cargo de la “emoción”, el a cargo de la “racionalidade”. (FemPress-ILET, nº57, 1986, p.10)

Assim, os grupos feministas e de mulheres chilenas que surgiram naquele período traziam, também, a bandeira da “democracia en Estado y en hogar”; uma crítica contumaz aos próprios partidos de esquerda que, muitas vezes, marginalizavam a temática feminina dos projetos políticos de redemocratização. Essa crítica aparece na charge feita por “El Humanista”, no nº 58 da revista, ainda em 1986.



No número seguinte, o 59, o artigo que abre o periódico é de uma das idealizadoras da revista, Adriana Santa Cruz, intitulado “Un aro en el camino”. Neste a autora relata a experiência de um curso de teoria feminista realizado pelos grupos Casa de la Mujer “La Morada”, ISIS, El Centro de los Estudios de la Mujer y La Red de Comunicación Alternativa de la Mujer del ILET, o qual contou com a presença das feministas Charlotte Bunch, dos Estados Unidos, e de Roxanna Carrillo, do Centro Flora Tristán, do Peru. Segundo o artigo,

En Chile deternese a pensar es un lujo, pero un lujo necesario. (...) Para lo Movimiento Feminista, imensamente imerso en la lucha pela recuperación de una dignidad mínima para los chilenos que sofrem lo progresivo endurecimiento y desumanización de la ditadura pinochentista, la reflexión han sido difícil, pero de pronto se hace ineludible. (...) Dos aspectos son fundamentales atravessaron lo conjunto de las diez secciones de trabajo: el derecho individual de cada mujer de controlar su corpo. (FemPress-ILET, nº59,1986,1)

Ainda, de acordo com o texto, depois de dez encontros, as participantes concluíram como meta para a política feminista buscar as formas de opressão que existem e que mais afetam as mulheres, bem como suas “origens” e mecanismos de perpetuação; encontrar visões mais adequadas à realidade das mulheres e, deste modo, traçar metas para promover mudanças a médio e longo prazo. Chamando a atenção para a violência que se passa no país e que impede que os movimentos sociais vejam além da atual conjuntura, a autora encerra o texto afirmando que a experiência marcou “sen duda un hito en la História del Movimiento Feminista de Chile y así fue recibído por sus estimuladas integrantes”. Ou seja, percebemos como, naquele momento, os movimentos de mulheres chilenas começam a se organizar e a trazer os questionamentos sobre as formas de organização política, e, ainda que de forma mais sutil, os impactos das atribuições dos papéis sexuais na sociedade.

Considerações Finais

Em suma, podemos compreender, por meio do recorte das fontes, no que concerne às discussões de gênero que, mesmo que a categoria ainda não fosse empregada pelas feministas, havia uma reflexão sobre as dicotomias sexuais e a construção cultural das diferenças sexuais. Os artigos analisado nos dão indícios de uma rejeição ao determinismo biológico, apontando para os aspectos culturais das definições normativas do padrão de feminilidade. Do mesmo modo, nota-se a preocupação em estender visibilidade aos problemas femininos como políticos e, assim, legitimar, em primeiro momento, a igualdade masculina e feminina na esfera institucional. É claro que não podemos afirmar que esses processos foram homogêneos

na América Latina, uma vez que os dois contextos sociais aqui analisados nos apresentaram cenários políticos distintos que refletiram na formação dos movimentos feministas e na própria concepção dos periódicos. Os artigos, de forma sucinta, nos permitem refletir sobre a pluralização do movimento feminista e da formação de outras identidades ligadas às diferenças étnicas e sexuais, no Brasil, enquanto há uma preocupação mais evidente em tornar reconhecível o movimento feminista, assim como outras organizações sociais, no Chile. Neste, a violência do Estado se estendeu à sociedade civil, silenciando ou ausentando as questões ligadas ao questionamento da identidade feminina da esfera política. Isso não implica dizer que as mulheres estiveram longe da política, ao contrário, como Julieta Kikwood afirmou, houve, no Chile, uma política das mulheres que, muitas vezes, foi utilizada e legitimada pelo Estado de repressão. No caso brasileiro, nota-se no jornal *O Mulherio* uma preocupação mais latente com as produções acadêmicas sobre as mulheres, bem como discussões que forjam uma identidade feminina. Na contramão, os artigos analisados do periódico Chanacomchana vem, em uma outra linguagem, desconstruir essa identidade unificadora chamada “mulher”, ressaltando as assimetrias sexuais, étnicas e de classe que recortam o cotidiano das mulheres brasileiras. Isto é, busca reconhecer novas identidades como sujeitos políticos, contribuindo, assim, para o questionamento sobre as construções hierárquicas e díspares nas sociedades latino-americanas.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sonia (2003). Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n.11 (2) jul/dez.
- CRESPO, Regina (2011). Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, M, VILADARGA, S. M.F. S. (Org). *Cadernos de Seminário de Pesquisa*, v. 2. São Paulo: Humanitas, pp. 98-116.
- ELLIOT, John. (2003) *España en Europa: estudios de Historia Comparada*. Valencia: Universidad de Valencia, Servei de Publicacions.
- FORSTENZER, Nicole (2012). “Ser feminista en el Chile actual: ambigüedades y dilemas de las reivindicaciones de igualdad de género”. UMR 201 Développement et Sociétés, Université Paris I - IEDS.
- FOUCAULT, Michel. (2005). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- GRAMMÁTICO, Karin. (2005). “Las mujeres políticas e las feministas en los tempranos Setenta. Un dialogo (im) posible?” In: ANDÚJAR, Andrea et. ali. (Org.) *Historia, género y política en los '70*. Buenos Aires: Feminaria.
- HALL, Stuart (2006) *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.

- IGLESIAS, Margarita (2010). “Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana”. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.
- KIRKWOOD, Julieta (1986). *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Santiago, Chile.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. (1996) *Vinte anos de feminismo*. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas–IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- PEDRO, Joana (2006). “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, pp. 249-272.
- PRADO, Maria Ligia. (2005). Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História (USP)*, v. 153, pp. 11-33.
- SCOTT, Joan. Gênero (1990). Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre. jul-dez, v. 16, n.2
- _____. Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade. *Revista Labrys, Estudos Feministas*, nº 1-2.
- SELEM, Maria Célia O (2007) A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. Dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade de Brasília, UNB.
- SOARES, Gilberta S.; COSTA, Jussara C (2011). “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 20, junho-dezembro.
- SWAIN, Tania. (2002) “Feminismo e lesbianismo: quais os desafios?” *Revista Labrys Estudos Feministas*, nº 1-2.
- _____. “Diferença sexual: uma questão de poder”. (2011) Conferencia no I Simpósio de Gênero e Literatura, Universidade Federal do Ceará, agosto de 2011. Disponível em: www.tanianarrowswain.com.br.